

Internacionalização: questões e desafios para as ciências da Educação

Gilberto Icle

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1D CNPq

A internacionalização tornou-se, entre nós, uma espécie de imperativo. Trata-se, em especial, da circulação da ideia de que uma pesquisa de qualidade se faz imperativamente a partir de relações de internacionalização. Essa noção tem, com efeito, relação com as práticas de avaliação do Sistema de Pós-graduação brasileiro, para quem a internacionalização é um item de destaque.

Não obstante a importância que podemos atribuir às redes de pesquisa e, sobretudo, às trocas entre diferentes nações para o progresso da ciência e para o avanço da humanidade em direção a um mundo mais desenvolvido, não deixa de ser um efeito “performativo” da avaliação, a maneira como compreendemos e valorizamos a internacionalização.

É como quesito de avaliação da pós-graduação e da pesquisa, que a internacionalização emerge como “dever” que faz com que pesquisadores, os mais diversos, “performatizem” comportamentos, textos e modos de fazer pesquisa na direção de atender as expectativas da avaliação.

Esse fenômeno avaliativo já foi bastante caracterizado por autores como Ball (2010) ou Anderson (2010), que tomam o sentido negativo de performance, ou seja, como desempenho, entendendo que “[p]erformances – de sujeitos individuais ou organizações – servem como medidas de produtividade ou resultados, como formas de apresentação da *qualidade* ou *momentos* de promoção ou inspeção” (Ball, 2010, p.38).

Mas se compreendemos a internacionalização como uma medida de performatividade dos sistemas de avaliação da pesquisa, não podemos deixar de nos indagar se há alguma potência nos sentidos que damos ao termo internacionalização.

Este texto pretende, assim, problematizar alguns sentidos do termo problematização para desse exercício pensar as possibilidades para a pesquisa em Educação.

Trata-se aqui de um percurso ensaístico no qual faremos um mergulho em alguns problemas que o imperativo da internacionalização tem nos colocado nos últimos anos para poder refletir em que medida ele ainda pode ser potente para quem faz pesquisa nos domínios da Educação.

A internacionalização num mundo em transição

A primeira questão que se coloca é saber como a internacionalização pode ser um ato de mão dupla e não uma relação assimétrica. Não me parece que as desigualdades sociais e econômicas vão diminuir nos próximos anos no mundo globalizado em que vivemos. Se, de um lado, as lutas sociais se proliferam, organizadas ou não em movimentos populares pela garantia dos direitos civis; por outro, crescem os microfascismos, o

racismo, a xenofobia, os ataques étnico-raciais e outras formas de fascismos em larga escala.

Na nova conjuntura do capital, o conhecimento tem uma direção certa, o mercado. Nele, a tecnologia possui papel preponderante. É a tecnologia que suplanta todos os desejos individuais em prol de uma suposta comunidade do futuro. Entretanto, nos últimos anos, vemos a tecnologia como ferramenta da acentuação das diferenças. Ela marca de modo mais bem detalhado a distância entre aqueles que têm acesso daqueles que não o têm.

Essa diferenciação, essas desigualdades se fizeram acentuar desde o fim da Guerra Fria, quando ainda se acreditava num mundo interligado no qual as fronteiras poderiam ser banidas em breve. As promessas de uma União Europeia forte começaram a ruir há algum tempo e se acentuaram em função do Brexit e de uma enorme desconfiança no continente sobre as possibilidades de uma comunidade para todos.

Invertida, a lógica da comunidade tem dado lugar a um crescente movimento nacionalista, os EUA é um exemplo disso ao eleger Trump, para quem o liberalismo globalizado é nefasto. As ditaduras não deixaram de existir e países tão importantes como a China continuam a estar longe dos ideais democráticos. A América Latina e a África se liberaram de muitas amarras históricas, contudo não chegaram a superar o colonialismo de modo definitivo.

Frente a esse panorama nada promissor, como pensar relações de pesquisa que levem em conta as assimetrias regionais entre países que são completamente distintos, que falam línguas distintas e que possuem desafios diferentes entre si. E, sobretudo, trata-se de problematizar as desigualdades como marcador das assimetrias sociais que se expressam nas assimetrias na produção de conhecimento.

Desse modo, o que é a internacionalização? Um jogo de poderes/saberes no qual apenas um dos lados se beneficia? Como pensar (e praticar) uma internacionalização que favoreça uma relação de reciprocidade, para além de uma relação desigual?

A língua inglesa como marcador problemático

Nessa perspectiva, entre a reciprocidade e a desigualdade, como fazer com que os saberes locais não sejam sobrepujados pelos saberes globalizados? Um marcador importante para essa discussão é, sem dúvida, a globalização da língua inglesa como forma única de produzir e divulgar pesquisas científicas. Ora, o contexto linguístico particular de um grupo de fala, marca, de modo especial, a forma como se pensa e a maneira como se produz conhecimento. Nas Ciências Humanas, em particular na Educação, além de uma falta de tradição da língua inglesa entre nossos alunos de mestrado e doutorado, o ponto nodal que nos permite suspender a ideia de que toda a ciência deve ser produzida e divulgada em inglês é o fato de que se trata de pesquisas que a) possuem grande relação com idiosincrasias regionais e b) são produzidas tomando a linguagem não como a ferramenta para divulgar conceitos anteriores à elaboração linguística, mas são elas mesmas a produção de conhecimento.

Este último aspecto, nos remete ao fato de que a produção de conhecimento no interior do jogo linguístico não pode ter lugar senão na língua nativa. Como realizar a produção de conhecimento em nível de excelência numa língua estrangeira. Como garantir que os saberes locais, específicos, regionais, tenham lugar nos processos de internacionalização

visto a tendência à homogeneização de tudo o que se torna global? Como permitir que a pesquisa circunscreva o plano linguístico no que a linguagem possui de não-linguístico (Agamben, 2006)?

Sendo assim, o que fazer para que a internacionalização não seja o lócus da colonização, dito de outro modo, para que não se trata de um modo de internacionalização que se confunde com os processos de ocidentalização hegemônica do mundo?

Internacionalização como jogo de reconhecimento do Outro

Por fim, se considerarmos que a internacionalização não é fim em si mesma, a menos que ela seja apenas uma performatividade dos processos de avaliação, mas que ela objetiva a produção internacionalizada de saberes e a resolução de problemas que afligem mais do que uma nação, tomaremos a internacionalização como processo da produção de conhecimento.

E de que processo se trata? Podemos, com efeito, supor um processo de reconhecimento do Outro, um jogo de desenvolvimento por intermédio do qual ao reconhecer as diferenças, podemos produzir o avanço necessários aos desafios de cada área por reciprocidade e reconhecimento. Não se trata, entretanto, de um reconhecimento passivo, contemplativo. Trata-se mais de um processo de interculturalidade no qual relações recíprocas podem trazer benefícios mútuos.

Esses são, sem dúvida, desafios enormes, pois o reconhecimento do Outro estará sempre ameaçado pela globalização, pelo imperativo performativo e pela homogeneização global.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **A Linguagem e a Morte**: um seminário sobre o lugar da negatividade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ANDERSON, Gary. A Reforma Escolar como Performance e Espetáculo Político. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, UFRGS, v. 35, n.2, p.57-76.

BALL, Stephen J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, UFRGS, v. 35, n.2, p.37-55.